

50 P

**ACM, base para fixação em chapa 3X3/16; iluminação artificial interna e externa em leds e tomadas 127 volts. Tamanho 5.00 (comprimento) x 2,20 (altura) x 1.50 (largura).**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
L A S COMERCIO SERVICOS E LOCAÇÕES LTDA	32.563.737/0001-09	11/04/2024 - 15:01:57	INOX POLICARBONATO	NÃO SE APLICA	25	R\$55.815,00	R\$ 1.395.375,00	Sim
INCA - ESTRUTURAS METALICAS CONSTRUCAO E URBANIZACAO LTDA	08.946.024/0001-40	16/04/2024 - 07:30:56	AP01	PRÓPRIA	25	R\$55.815,00	R\$ 1.395.375,00	Não
ASA NORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	23.348.665/0001-96	19/04/2024 - 14:29:04	PRÓPRIO	PRÓPRIA	25	R\$55.815,00	R\$ 1.395.375,00	Não
FEITOSA CONSTRUTORA EIRELI	32.611.684/0001-54	19/04/2024 - 21:54:32	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	25	R\$55.815,00	R\$ 1.395.375,00	Sim
KG2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	21.720.062/0001-48	22/04/2024 - 07:58:51	PRÓPRIO	PRÓPRIA	25	R\$72.249,74	R\$ 1.806.243,50	Não
ALICERSE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	45.880.471/0001-70	23/04/2024 - 07:45:33	obra	mão de obra	25	R\$55.815,00	R\$ 1.395.375,00	Sim
S B CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	28.718.275/0001-84	22/04/2024 - 09:52:16	SERVIÇO	SERVIÇO	25	R\$55.815,00	R\$ 1.395.375,00	Sim
V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	20.428.198/0001-16	22/04/2024 - 15:22:20	SERVIÇOS	SERVIÇOS	25	R\$45.550,40	R\$ 1.139.760,00	Sim
PLANGEN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	29.206.971/0001-74	22/04/2024 - 15:22:46	na	na	25	R\$55.815,00	R\$ 1.395.375,00	Não
TINPAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA	17.592.525/0001-66	22/04/2024 - 16:54:47	CONFORME EDITAL	CN SINAL/CN SINAL	25	R\$55.815,00	R\$ 1.395.375,00	Não
R. N. CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTDA	10.576.869/0001-32	22/04/2024 - 17:18:09	Modelo: Abrigo 3,00 x 1,50m, Fab em Aço	Marca/Fabricante: AB3x1,5_RN Construção	25	R\$42.419,40	R\$ 1.060.485,00	Sim

**0002 - Abrigos para passageiros do transporte público (paradas de ônibus). Especificação geral: deverão ser fabricados em aço inox (ABNT 304), quadros laterais em tubos retangular 20x20, revestido chapa 2mm; tubos 50x30; cobertura em ACM; fechamento traseiro e laterais em policarbonato compacto cristal 3mm; bancos individuais em chapa 2mm com furo quadrado; local para cadeirante em ACM, base para fixação em chapa 3x3/16; iluminação artificial interna e externa em leds e tomadas 127 volts. Tamanho 3.00 (comprimento) x 2,20 (altura) x 1.50 (largura).**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
INCA - ESTRUTURAS METALICAS CONSTRUCAO E URBANIZACAO LTDA	08.946.024/0001-40	16/04/2024 - 07:40:33	AP02	PRÓPRIA	75	R\$39.331,67	R\$ 2.949.875,25	Não
ASA NORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	23.348.665/0001-96	22/04/2024 - 17:46:00	PRÓPRIA	PRÓPRIA	75	R\$39.331,67	R\$ 2.949.875,25	Não
FEITOSA CONSTRUTORA EIRELI	32.611.684/0001-54	19/04/2024 - 21:55:05	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	75	R\$39.331,67	R\$ 2.949.875,25	Sim
KG2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	21.720.062/0001-48	23/04/2024 - 08:03:28	PRÓPRIO	PRÓPRIA	75	R\$39.331,67	R\$ 2.949.875,25	Não
S B CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	28.718.275/0001-84	22/04/2024 - 09:53:18	SERVIÇO	SERVIÇO	75	R\$39.331,67	R\$ 2.949.875,25	Sim
PLANGEN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	29.206.971/0001-74	22/04/2024 - 15:23:41	na	na	75	R\$39.331,67	R\$ 2.949.875,25	Não
V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	20.428.198/0001-16	22/04/2024 - 15:24:21	SERVIÇOS	SERVIÇOS	75	R\$34.044,10	R\$ 2.553.307,50	Sim
TINPAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA	17.592.525/0001-66	22/04/2024 - 16:55:36	CONFORME EDITAL	CN SINAL/CN SINAL	75	R\$39.331,67	R\$ 2.949.875,25	Não
R. N. CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTDA	10.576.869/0001-32	23/04/2024 - 08:03:20	Modelo: Abrigo 3,00 x 1,50m, Fab em Aço	Marca/Fabricante: AB3x1,5_RN Construção	75	R\$30.679,70	R\$ 2.300.902,50	Sim
ALICERSE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	45.880.471/0001-70	23/04/2024 - 07:45:27	obra	mão de obra	75	R\$39.331,67	R\$ 2.949.875,25	Sim

**Validade das Propostas**



51  
10

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
TINPAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA	17.592.525/0001-66	90 dias
KG2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	21.720.062/0001-48	90 dias
FEITOSA CONSTRUTORA EIRELI	32.611.684/0001-54	90 dias
ASA NORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	23.348.665/0001-96	90 dias
V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	20.428.198/0001-16	90 dias
INCA - ESTRUTURAS METALICAS CONSTRUCAO E URBANIZACAO LTDA	08.946.024/0001-40	90 dias
PLANGEN CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA	29.206.971/0001-74	120 dias
ALICERSE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	45.880.471/0001-70	90 dias
R. N. CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTDA	10.576.869/0001-32	90 dias
S B CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA	28.718.275/0001-84	90 dias
L A S COMERCIO SERVICOS E LOCAÇOES LTDA	32.563.737/0001-09	90 dias

## Lances Enviados

0001 - Abrigos para passageiros do transporte público (paradas de ônibus). Especificação geral: deverão ser fabricados em aço inox (ABNT 304), quadros laterais em tubos retangular 20x20, revestido chapa 2mm; tubos 50x30; cobertura em ACM; fechamento traseiro e laterais em policarbonato compacto cristal 3mm; bancos individuais em chapa 2mm com furo quadrado; local para cadeirante em ACM, base para fixação em chapa 3X3/16; iluminação artificial interna e externa em leds e tomadas 127 volts. Tamanho 5.00 (comprimento) x 2,20 (altura) x 1,50 (largura).

Data	Valor	CNPJ	Situação
11/04/2024 - 15:01:57	55.815,00 (proposta)	32.563.737/0001-09 - L A S COMERCIO SERVICOS E LOCAÇOES LTDA	Válido
16/04/2024 - 07:39:56	55.815,00 (proposta)	08.946.024/0001-40 - INCA - ESTRUTURAS METALICAS CONSTRUCAO E URBANIZACAO LTDA	Válido
19/04/2024 - 14:29:04	55.815,00 (proposta)	23.348.665/0001-96 - ASA NORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Válido
19/04/2024 - 21:54:32	55.815,00 (proposta)	32.611.684/0001-54 - FEITOSA CONSTRUTORA EIRELI	Válido
22/04/2024 - 07:58:51	72.249,74 (proposta)	21.720.062/0001-48 - KG2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Válido
22/04/2024 - 09:52:16	55.815,00 (proposta)	28.718.275/0001-84 - S B CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA	Válido
22/04/2024 - 15:22:20	45.550,40 (proposta)	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	Válido
22/04/2024 - 15:22:46	55.815,00 (proposta)	29.206.971/0001-74 - PLANGEN CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA	Válido
22/04/2024 - 16:54:47	55.815,00 (proposta)	17.592.525/0001-66 - TINPAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA	Válido
22/04/2024 - 17:13:09	42.419,40 (proposta)	10.576.869/0001-32 - R. N. CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTDA	Válido
23/04/2024 - 07:45:33	55.815,00 (proposta)	45.880.471/0001-70 - ALICERSE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	Válido
23/04/2024 - 08:16:45	41.400,00	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	Válido
23/04/2024 - 08:17:49	41.861,25	29.206.971/0001-74 - PLANGEN CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA	Válido
23/04/2024 - 08:18:26	41.401,00	28.718.275/0001-84 - S B CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA	Válido
23/04/2024 - 08:19:15	55.000,00	21.720.062/0001-48 - KG2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Válido
23/04/2024 - 08:20:59	47.442,75	23.348.665/0001-96 - ASA NORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Válido
23/04/2024 - 08:23:10	47.340,00	08.946.024/0001-40 - INCA - ESTRUTURAS METALICAS CONSTRUCAO E URBANIZACAO LTDA	Válido
23/04/2024 - 08:24:05	40.399,00	28.718.275/0001-84 - S B CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA	Válido
23/04/2024 - 08:24:09	41.300,00	45.880.471/0001-70 - ALICERSE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	Válido
23/04/2024 - 08:24:50	39.390,00	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	Válido



52  
P

23/04/2024 - 08:25:59	38.390,00	28.718.275-0001-84 - S B CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	Válido
23/04/2024 - 08:26:50	37.390,00	20.428.198-0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	Valido
23/04/2024 - 08:28:22	36.390,00	45.880.471-0001-70 - ALICERSE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	Valido
23/04/2024 - 08:28:35	50.000,00	32.611.684-0001-54 - FEITOSA CONSTRUTORA EIRELI	Válido
23/04/2024 - 08:30:05	35.390,00	20.428.198-0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	Válido
23/04/2024 - 08:30:16	36.000,00	10.576.869-0001-32 - R. N. CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTDA	Válido

0002 - Abrigos para passageiros do transporte público (paradas de ônibus). Especificação geral: deverão ser fabricados em aço inox (ABNT 304), quadros laterais em tubos retangular 20x20, revestido chapa 2mm; tubos 50x30; cobertura em ACM; fechamento traseiro e laterais em policarbonato compacto cristal 3mm; bancos individuais em chapa 2mm com furo quadrado; local para cadeirante em ACM, base para fixação em chapa 3x3/16; iluminação artificial interna e externa em leds e tomadas 127 volts. Tamanho 3,00 (comprimento) x 2,20 (altura) x 1,50 (largura).

Data	Valor	CNPJ	Situação
16/04/2024 - 07:40:33	39.331,67 (proposta)	08.946.024-0001-40 - INCA - ESTRUTURAS METALICAS CONSTRUCAO E URBANIZACAO LTDA	Válido
19/04/2024 - 21:55:05	39.331,67 (proposta)	32.611.684-0001-54 - FEITOSA CONSTRUTORA EIRELI	Válido
22/04/2024 - 09:53:18	39.331,67 (proposta)	28.718.275-0001-84 - S B CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	Válido
22/04/2024 - 15:23:41	39.331,67 (proposta)	29.206.971-0001-74 - PLANGEN CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	Válido
22/04/2024 - 15:24:21	34.044,10 (proposta)	20.428.198-0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	Válido
22/04/2024 - 16:55:36	39.331,67 (proposta)	17.592.525-0001-66 - TINPAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA	Válido
22/04/2024 - 17:46:00	39.331,67 (proposta)	23.348.665-0001-96 - ASA NORTE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	Valido
23/04/2024 - 07:45:27	39.331,67 (proposta)	45.880.471-0001-70 - ALICERSE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	Válido
23/04/2024 - 08:03:20	30.678,70 (proposta)	10.576.869-0001-32 - R. N. CONSTRUCAO DE EDIFICIOS LTDA	Válido
23/04/2024 - 08:03:28	39.331,67 (proposta)	21.720.062-0001-48 - KG2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Válido
23/04/2024 - 08:17:21	29.500,00	20.428.198-0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	Válido
23/04/2024 - 08:18:02	28.500,00	21.720.062-0001-48 - KG2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Válido
23/04/2024 - 08:18:34	29.498,75	29.206.971-0001-74 - PLANGEN CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	Válido
23/04/2024 - 08:18:51	27.500,00	20.428.198-0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	Valido
23/04/2024 - 08:19:30	27.501,00	28.718.275-0001-84 - S B CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	Válido
23/04/2024 - 08:20:22	33.431,92	23.348.665-0001-96 - ASA NORTE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	Valido
23/04/2024 - 08:23:17	37.100,00	08.946.024-0001-40 - INCA - ESTRUTURAS METALICAS CONSTRUCAO E URBANIZACAO LTDA	Válido
23/04/2024 - 08:24:25	26.499,00	28.718.275-0001-84 - S B CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	Válido
23/04/2024 - 08:25:39	25.498,00	20.428.198-0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	Válido

## Arquivos Enviados pelos Fornecedores

Item	Data/Hora	Enviado por	Arquivo
0001	23/04/2024 - 10:55:18	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	Cenaa_PE_013-2024_Abrigos para passageiros_VB_ITEM.01.xlsx
0001	23/04/2024 - 10:55:18	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CARTA PROPOSTA ITEM 1.pdf
0001	23/04/2024 - 10:55:18	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	MODELO PROPOSTA DE PREÇO.pdf



53  
0

0002	23/04/2024 - 10:55:41	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	Canal_PE 013-2024_abrigos para passageiros_VB_ITEM 02.xlsx
0002	23/04/2024 - 10:55:41	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CARTA PROPOSTA ITEM 1.pdf
0002	23/04/2024 - 10:55:41	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	MODELO PROPOSTA DE PRECATORIO.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	ACERVO CONSTRUÇÃO DE 03 SALAS DE AULA.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	ACERVO FINAL IMPLANTAÇÃO.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	ACERVO PARCIAL CARRA CALÇAD CONSTRUTORA DA S E Ltda
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	ACERVO PASSARELA COBERTA.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	ACERVO WEV CAMPO ÁGUA AZUL.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	ACERVO WEV SINALIZAÇÃO E CALÇADA.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	balanco autenticado 2022.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	BALANÇO AUTENTICADO 2023.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CADASTRO DO CONTRIBUINTE.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CARTA DE CREDENCIAMENTO.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CAT - CTO 031.4022 -.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CAT - CTO 074.2022 -.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CAT + ATESTADO _ CTO 2022025_PH .pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CAT + Atestado _ Quarta. Pessoa. R.A. Quiltsz .pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CAT PARCIAL ESPAÇO MAKER.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CERTIDÃO ACERVO TÉCNICO REFORMA PRÉDIO SAAR.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CERTIDÃO CREA LISBOA 04-2024.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CERTIDÃO CREA PE 31-03-20 AGUSTO.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CERTIDÃO CREA PJ 09-09-20.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO CERCA SAAR.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CERTIDÃO ESPECÍFICA.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CERTIDÃO EGTS 04-05.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CERTIDÃO SIMPLIFICADA.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CND NÍVEL V B 10-01.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CND ESTADUAL VR 20-03-24.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CND FEDERAL 14-07-24.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CND MUNICIPAL VS 03-05.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CND TRABALHISTA 20-05-24.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CNP.Ltda
0004	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CONTRATO SOCIAL AUTENTICADO 2023.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	DECLARAÇÃO DE PORTE DA EMPRESA.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	DECLARAÇÃO EXPRESSA DA EQUIPE TÉCNICA.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	DECLARAÇÕES UNIFICADAS.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	DIÁRIO AUTENTICADO 2021.pdf



SM

0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	PORTAL SEFA-PA.pdf VB.pdf
0001	23/04/2024 - 11:27:58	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	TERMO ABERTURA E ENCERRAMENTO 2022.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	ACERVO CONSTRUÇÃO DE 03 SALAS DE ÁGUA.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	ACERVO FINAL IMBELORA.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	ACERVO PARCIAL OBRA GALPÃO ESCRITÓRIO DA S.B.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	ACERVO PASSARELA COBERTA.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	ACERVO WEV CAMPO ÁGUA AZUL.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	ACERVO WEV SINALIZAÇÃO CALCADA.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	balanco.autenticado.2022.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	BALANÇO AUTENTICADO 2023.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CAASTRO DO CONTRIBUINTE.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CARTA DE CREDENCIAMENTO.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CAT - CTO 031.2022 -.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CAT - CTO 074.2022 .pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CAT + ATestado_CTO 20220305_EH_.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CAT + Atestado_Guedra Praca R.A. Guetoz_.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CAT PARCIAL ESPAÇO MAKER.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CERTIDÃO ACERVO TECNICO REFORMA PRÉCIO SAABE.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CERTIDÃO CREA LIBRO 04-2024.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CERTIDÃO CREA PE 31-03-25 ABRUSTO.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CERTIDÃO CREA P.J 00-08-24.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CERTIDÃO DE ACERVO TECNICO_CERCA SAABE.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CERTIDÃO ESPECÍFICA.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CERTIDÃO EGIS 04-08.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CERTIDÃO SIMPLIFICADA.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CND CIVEL V.B. 10-06.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CND ESTADUAL VB 20-05-24.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CND FEDERAL 14-07-24.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CND MUNICIPAL VB 02-05.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CND TRABALHISTA 20-05-24.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CND.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CONTRATO SOCIAL AUTENTICADO 2023.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	DECLARAÇÃO DE PORTE DA EMPRESA.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	DECLARAÇÃO EXPRESSA DA EQUIPE TÉCNICA.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	DECLARAÇÕES UNIFICADAS.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	DIARIO AUTENTICADO 2023.pdf
0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	PORTAL SEFA-PA.pdf VB.pdf



55

0002	23/04/2024 - 11:28:19	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	TERMO ABERTURA E ENCERRAMENTO 2022.pdf
0001	23/04/2024 - 12:45:35	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	Contrato Augustin Cesar Bazzera Alves Ffiba.pdf
0001	23/04/2024 - 12:47:14	20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	CONTRATO DE TRABALHO CREA URINO P.V.B. do N.º 0002

## Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões Prazos

Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
23/04/2024 - 13:10	26/04/2024 - 23:59	02/05/2024 - 23:59

0001 - Abrigos para passageiros do transporte público (paradas de ônibus).  
 Especificação geral: deverão ser fabricados em aço inox (ABNT 304), quadros laterais em tubos retangular 20x20, revestido chapa 2mm; tubos 50x30; cobertura em ACM; fechamento traseiro e laterais em policarbonato compacto cristal 3mm; bancos individuais em chapa 2mm com furo quadrado; local para cadeirante em ACM, base para fixação em chapa 3X3/16; iluminação artificial interna e externa em leds e tomadas 127 volts. Tamanho 5.00 (comprimento) x 2,20 (altura) x 1.50 (largura).

### Intenções de Recurso

CNPJ	Data de Envio	Intenção	Julgamento
32.811.884/0001-54 - FEITOSA CONSTRUTORA EIRELI	23/04/2024 - 08:34:49	INTENÇÃO DE RECURSO - INEXEQUIVEL	Deferido
29.206.971/0001-74 - PLANGEN CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	23/04/2024 - 08:35:45	A proposta deve ser desclassificada pois o art. 59, "PAR" 4º, da Lei 14.133/2021 estabelece que no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.	Deferido
21.720.062/0001-48 - KG2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	23/04/2024 - 08:35:47	Bom dia! Após análise da documentação de qualificação técnica.	Deferido
45.880.471/0001-70 - ALICERSE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	23/04/2024 - 08:41:58	A empresa supercita não tem qualificação técnica mínima exigida em edital.	Deferido
08.946.024/0001-40 - INCA-ESTRUTURAS METALICAS CONSTRUCAO E URBANIZACAO LTDA	23/04/2024 - 08:42:34	Declaro intenção de recurso quanto a proposta do licitante vencedor, pelo valor estar inexequível, conforme prevê o art. 59, "PAR" 4º, da Lei 14.133/2021, pois o valor não é suficiente para cumprir todas as especificações do objeto	Deferido
29.206.971/0001-74 - PLANGEN CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	23/04/2024 - 12:51:25	Valores constantes das propostas inferiores ao limite legal, contrato social incompleto.	Deferido
45.880.471/0001-70 - ALICERSE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	23/04/2024 - 12:59:14	Solicitamos intenção de recurso contra a empresa considerada vencedora, haja visto que a mesma apresenta erros insanáveis na proposta apresentada além de não comprovar qualificação técnica para o objeto licitado e não apresentou o estatuto social, bem como suas devidas alterações.	Deferido

### Recursos

CNPJ	Data de Envio	Recurso	Julgamento
21.720.062/0001-48 - KG2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	25/04/2024 - 13:53:32	Segue em anexo razões de recurso demonstrando o desatendimento dos requisitos de habilitação da empresa V.B dos Santos Engenharia conforme nossa manifestação de interesse. Recurso - VB Construções.pdf.	Indeferido
45.880.471/0001-70 - ALICERSE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	26/04/2024 - 22:20:16	Segue em pdf o recurso enviado. att, Alicerse Serviços. Recurso Administrativo.pdf.	Indeferido



96

### Contrarrazões

CNPJ	Data de Envio	Contrarrazão	Julgamento
20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	02/05/2024 - 16:41:45	Segue em anexo a Contra Razão, para o referido recurso. CONTRA RAZÕES V B.pdf.	Deferido
20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	02/05/2024 - 16:42:33	Segue em anexo a Contra Razão, para o referido recurso. CONTRA RAZÕES V B.pdf.	Deferido

### Julgamentos

Data do Julgamento	Justificativa
16/05/2024 - 10:45:10	Análise em anexo ANÁLISE DE RECURSO.pdf.
16/05/2024 - 10:45:17	Análise em anexo .

0002 - Abrigos para passageiros do transporte público (paradas de ônibus).  
 Especificação geral: deverão ser fabricados em aço inox (ABNT 304), quadros laterais em tubos retangular 20x20, revestido chapa 2mm; tubos 50x30; cobertura em ACM; fechamento traseiro e laterais em policarbonato compacto cristal 3mm; bancos individuais em chapa 2mm com furo quadrado; local para cadeirante em ACM, base para fixação em chapa 3x3/16; iluminação artificial interna e externa em leds e tomadas 127 volts. Tamanho 3.00 (comprimento) x 2,20 (altura) x 1.50 (largura).

### Intenções de Recurso

CNPJ	Data de Envio	Intenção	Julgamento
32.611.684/0001-54 - FEITOSA CONSTRUTORA EIRELI	23/04/2024 - 08:34:58	INTENÇÃO DE RECURSO - INEXEQUIVEL	Deferido
29.206.971/0001-74 - PLANGEN CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	23/04/2024 - 08:35:51	A proposta deve ser desclassificada pois o art. 59, "PAR 4º", da Lei 14.133/2021 estabelece que no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.	Deferido
21.720.062/0001-48 - KG2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	23/04/2024 - 09:35:59	Bom dia! Após análise da documentação de qualificação técnica.	Deferido
06.946.024/0001-40 - INCA - ESTRUTURAS METALICAS CONSTRUCAO E URBANIZACAO LTDA	23/04/2024 - 08:42:42	Declaro intenção do recurso quanto a proposta do licitante vencedor, pelo valor estar inexequível, conforme prevê o art. 59, "PAR 4º", da Lei 14.133/2021, pois o valor não é suficiente para cumprir todas as especificações do objeto	Deferido
29.206.971/0001-74 - PLANGEN CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	23/04/2024 - 12:51:48	Valores constantes das propostas inferiores ao limite legal. contrato social incompleto.	Deferido

### Recursos

CNPJ	Data de Envio	Recurso	Julgamento
21.720.062/0001-48 - KG2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	25/04/2024 - 13:53:58	Segue em anexo razões de recurso demonstrando o desatendimento dos requisitos de habilitação da empresa V.B dos Santos Engenharia conforme nossa manifestação de interesse. Recurso - VB Construções.pdf.	Indeferido

### Contrarrazões

CNPJ	Data de Envio	Contrarrazão	Julgamento
20.428.198/0001-16 - V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	02/05/2024 - 16:43:40	Segue em anexo a Contra Razão, para o referido Recurso CONTRA RAZÕES V B.pdf.	Deferido

### Julgamentos

Data do Julgamento	Justificativa
16/05/2024 - 10:45:31	Análise em anexo .



57

## Chat

Data	Apelido	Frase
20/02/2024 - 17:44:42	Sistema	O Pregoeiro adicionou o arquivo (ESTUDO-TECNICO-PRELIMINAR_12356.pdf) em 20/02/2024 às 17:44.
20/02/2024 - 17:45:11	Sistema	O Pregoeiro adicionou o arquivo (DOCUMENTO-DE-FORMA-O-DE-DEMANDA_34533.pdf) em 20/02/2024 às 17:45.
23/02/2024 - 16:16:17	Sistema	O processo foi suspenso por iniciativa do pregoeiro.
23/02/2024 - 16:16:17	Sistema	Motivo: Suspensão para que o órgão demandante apresente melhores especificações do objeto.
08/04/2024 - 14:36	Sistema	O processo foi republicado em 08/04/2024 às 14:36.
08/04/2024 - 14:36:34	Sistema	O processo foi reaberto pelo pregoeiro.
08/04/2024 - 14:36:34	Sistema	Motivo: Alterações no edital.
08/04/2024 - 14:39:18	Sistema	O Pregoeiro adicionou o arquivo (PRIMEIRA_ALTERACAO_AO_EDITAL_PARADAS_DE_ONIBUS_assinado.pdf) em 08/04/2024 às 14:39.
08/04/2024 - 14:41:25	Sistema	O Pregoeiro adicionou o arquivo (PROJETOS.pdf) em 08/04/2024 às 14:41.
08/04/2024 - 14:42:30	Sistema	O Pregoeiro adicionou o arquivo (ANALISE_IMPUGNACAO_assinado.pdf) em 08/04/2024 às 14:42.
23/04/2024 - 08:15:07	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
23/04/2024 - 08:15:20	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
23/04/2024 - 08:15:20	Sistema	No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
23/04/2024 - 08:15:20	Sistema	O processo utiliza o intervalo de lances de R\$ 1.000,00. Se o lance for inferior ao limite mínimo, o intervalo será desconsiderado.
23/04/2024 - 08:15:20	Sistema	Conforme o artigo 2º da instrução normativa nº 3 de 4 de outubro de 2013, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre os lances dos participantes não poderá ser inferior a 3 segundos.
23/04/2024 - 08:15:21	Sistema	O item 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
23/04/2024 - 08:15:21	Sistema	O item 0001 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
23/04/2024 - 08:15:23	Sistema	O item 0002 foi aberto pelo pregoeiro.
23/04/2024 - 08:15:23	Sistema	O item 0002 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
23/04/2024 - 08:27:39	Sistema	O item 0002 foi encerrado.
23/04/2024 - 08:32:16	Sistema	O item 0001 foi encerrado.
23/04/2024 - 08:33:27	Sistema	O item 0001 teve como arrematante V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI - EPP/SS com lance de R\$ 35.390,00.
23/04/2024 - 08:33:27	Sistema	O item 0002 teve como arrematante V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI - EPP/SS com lance de R\$ 25.495,00.
23/04/2024 - 08:33:59	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo pregoeiro para 23/04/2024 às 08:43.
23/04/2024 - 08:33:59	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0002 foi definida pelo pregoeiro para 23/04/2024 às 08:43.
23/04/2024 - 08:34:50	Sistema	O fornecedor FEITOSA CONSTRUTORA EIRELI - EPP/SS declarou intenção de recurso para o item 0001.
23/04/2024 - 08:34:58	Sistema	O fornecedor FEITOSA CONSTRUTORA EIRELI - EPP/SS declarou intenção de recurso para o item 0002.
23/04/2024 - 08:35:45	Sistema	O fornecedor PLANGEN CONSTRUÇOES E SERVIÇOS LTDA - EPP/SS declarou intenção de recurso para o item 0001.
23/04/2024 - 08:35:47	Sistema	O fornecedor KGZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - DEMAIS declarou intenção de recurso para o item 0001.
23/04/2024 - 08:35:52	Sistema	O fornecedor PLANGEN CONSTRUÇOES E SERVIÇOS LTDA - EPP/SS declarou intenção de recurso para o item 0002.
23/04/2024 - 08:35:59	Sistema	O fornecedor KGZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - DEMAIS declarou intenção de recurso para o item 0002.
23/04/2024 - 08:41:58	Sistema	O fornecedor ALICERSE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - EPP/SS declarou intenção de recurso para o item 0001.
23/04/2024 - 08:42:34	Sistema	O fornecedor INCA - ESTRUTURAS METÁLICAS CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO LTDA - DEMAIS declarou intenção de recurso para o item 0001.
23/04/2024 - 08:42:42	Sistema	O fornecedor INCA - ESTRUTURAS METÁLICAS CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO LTDA - DEMAIS declarou intenção de recurso para o item 0002.
23/04/2024 - 08:44:21	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 10:44 do dia 23/04/2024.
23/04/2024 - 08:44:21	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0002. O prazo de envio é até às 10:44 do dia 23/04/2024.
23/04/2024 - 08:44:26	Pregoeiro	Convoco a(s) licitante(s) vencedora(s) para que apresente a proposta final, via diligência no sistema, sendo que a proposta deverá atender os requisitos disciplinados na cláusula 11 do edital, devendo ser apresentada a planilha de Quantidades e de Custos elaborada com os quantitativos estimativos fornecidos na planilha descritiva, nos termos do anexo VII 13 Modelo de Proposta de Preços. Deverá ser apresentada junto a planilha de quantidades a Composição do BDI e Tributos, Composição de Encargos Sociais e Obrigações Trabalhistas, Planilha de Composição Unitária dos Preços propostos e Planilha contendo a curva ABC de insumos, materiais e mão de obra, nos termos dos anexos IX a XIII do edital. Licitante deverá, ainda, apresentar a detalhada composição dos preços unitários, ofertados na proposta, com a discriminação de cada item da proposta, coeficientes, unidades, preços e preço final do referido item e as composições devam ser preferencialmente apresentadas na... (CONTINUA)
23/04/2024 - 08:44:26	Pregoeiro	(CONT. 1) mesma sequência dos itens da proposta, com os preços unitários já acrescidos da composição do BDI, encargos sociais e obrigações trabalhistas de todos envolvidos na execução dos serviços.





58  
P

23/04/2024 - 10:28:43	F. V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	Documentação Item 0001: Bom dia!
23/04/2024 - 10:30:43	F. V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	Documentação Item 0001: Viemos através deste solicitar uma prorrogação no prazo para envio da proposta final conforme o Item do Edital - 11.7. Os prazos de envio de diligências e da proposta final poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do licitante e aceita pelo agente de contratação; ou, de ofício, a critério do agente de contratação.
23/04/2024 - 10:32:07	F. V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	Documentação Item 0002: Bom dia!
23/04/2024 - 10:32:20	F. V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI	Documentação Item 0002: Viemos através deste solicitar uma prorrogação no prazo para envio da proposta final conforme o Item do Edital - 11.7. Os prazos de envio de diligências e da proposta final poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do licitante e aceita pelo agente de contratação; ou, de ofício, a critério do agente de contratação.
23/04/2024 - 10:39:14	Pregoeiro	Favor justificar qual o motivo para a prorrogação pretendida, vez que a cláusula colacionada e clara ao estabelecer que a prorrogação deve ser motivada.
23/04/2024 - 10:45:35	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 11:00 do dia 23/04/2024.
23/04/2024 - 10:45:35	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0002. O prazo de envio é até às 11:00 do dia 23/04/2024.
23/04/2024 - 10:45:35	Sistema	Motivo: Concedido 15 minutos extras para a empresa apresentar a devida motivação ou encaminhar a proposta final.
23/04/2024 - 10:55:18	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
23/04/2024 - 10:55:41	Sistema	A diligência do item 0002 foi anexada ao processo.
23/04/2024 - 11:22:29	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 12:22 do dia 23/04/2024.
23/04/2024 - 11:22:29	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0002. O prazo de envio é até às 12:22 do dia 23/04/2024.
23/04/2024 - 11:23:11	Pregoeiro	Desde logo, solicito a empresa V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI que apresente os documentos de habilitação.
23/04/2024 - 11:27:58	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
23/04/2024 - 11:28:19	Sistema	A diligência do item 0002 foi anexada ao processo.
23/04/2024 - 12:29:18	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 13:00 do dia 23/04/2024.
23/04/2024 - 12:29:18	Sistema	Motivo: Como forma de diligência, considerando poder ser uma condição preexistente e não juntada por falha ou mero equívoco, solicito a empresa vencedora que apresente os documentos comprobatórios de vínculo de sua equipe técnica indicada para com a empresa, através de uma das formas contidas na cláusula 12.7, alínea d), incisos I, II, III e IV do edital.
23/04/2024 - 12:29:22	Pregoeiro	Como forma de diligência, considerando poder ser uma condição preexistente e não juntada por falha ou mero equívoco, solicito a empresa vencedora que apresente os documentos comprobatórios de vínculo de sua equipe técnica indicada para com a empresa, através de uma das formas contidas na cláusula 12.7, alínea d), incisos I, II, III e IV do edital.
23/04/2024 - 12:45:35	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
23/04/2024 - 12:47:14	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
23/04/2024 - 12:50:18	Sistema	Foi encerrada a solicitação de documentos para o fornecedor V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI no item 0001.
23/04/2024 - 12:50:18	Sistema	Motivo: Documentação apresentada.
23/04/2024 - 12:50:24	Sistema	Para o item 0001 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI.
23/04/2024 - 12:50:24	Sistema	Para o item 0002 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI.
23/04/2024 - 12:50:40	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo pregoeiro para 23/04/2024 às 13:10.
23/04/2024 - 12:50:40	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0002 foi definida pelo pregoeiro para 23/04/2024 às 13:10.
23/04/2024 - 12:51:25	Sistema	O fornecedor PLANGEN CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - EPP/SS declarou intenção de recurso para o item 0001.
23/04/2024 - 12:51:48	Sistema	O fornecedor PLANGEN CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - EPP/SS declarou intenção de recurso para o item 0002.
23/04/2024 - 12:59:14	Sistema	O fornecedor ALICERSE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - EPP/SS declarou intenção de recurso para o item 0001.
23/04/2024 - 13:14:16	Sistema	Intenção de recurso foi deferida para o item 0001.
23/04/2024 - 13:14:16	Sistema	Intenção. INTENÇÃO DE RECURSO - INEXEQUIVEL
23/04/2024 - 13:14:20	Sistema	Intenção de recurso foi deferida para o item 0001.
23/04/2024 - 13:14:20	Sistema	Intenção: A proposta deve ser desclassificada pois o art. 59, PAR 4º, da Lei 14.133/2021 estabelece que no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores foram inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
23/04/2024 - 13:14:22	Sistema	Intenção de recurso foi deferida para o item 0001.
23/04/2024 - 13:14:22	Sistema	Intenção: Bom dia! Após análise da documentação de qualificação técnica.
23/04/2024 - 13:14:24	Sistema	Intenção de recurso foi deferida para o item 0001.
23/04/2024 - 13:14:24	Sistema	Intenção: A empresa supercita não tem qualificação técnica mínima exigida em edital.
23/04/2024 - 13:14:26	Sistema	Intenção de recurso foi deferida para o item 0001.
23/04/2024 - 13:14:26	Sistema	Intenção: Declaro intenção de recurso quanto a proposta do licitante vencedor, pelo valor estar inexequível conforme prevê o art. 59, PAR 4º, da Lei 14.133/2021, pois o valor não é suficiente para cumprir todas as especificações do objeto.
23/04/2024 - 13:14:28	Sistema	Intenção de recurso foi deferida para o item 0001.
23/04/2024 - 13:14:28	Sistema	Intenção: Valores constantes das propostas inferiores ao limite legal, contrato social incompleto.
23/04/2024 - 13:14:30	Sistema	Intenção de recurso foi deferida para o item 0001.



59

23/04/2024 - 13:14:50	Sistema	Intenção: Solicitamos intenção de recurso contra a empresa considerada vencedora, haja visto que a mesma apresenta erros inarrazáveis na proposta apresentada, além de não comprovar qualificação técnica para o objeto licitado e não apresentou o estatuto social, bem como suas devidas alterações.
23/04/2024 - 13:14:38	Sistema	Intenção de recurso foi deferida para o item 0002.
23/04/2024 - 13:14:36	Sistema	Intenção: Valores constantes das propostas inferiores ao limite legal, contrato social incompleto.
23/04/2024 - 13:14:41	Sistema	Intenção de recurso foi deferida para o item 0002.
23/04/2024 - 13:14:41	Sistema	Intenção: Declaro intenção de recurso quanto a proposta do licitante vencedor, pelo valor estar inexequível conforme prevê o art. 59, PAR 4º da Lei 14.133/2021, pois o valor não é suficiente para cumprir todas as especificações do objeto.
23/04/2024 - 13:14:43	Sistema	Intenção de recurso foi deferida para o item 0002.
23/04/2024 - 13:14:43	Sistema	Intenção: Bom dia! Após análise da documentação de qualificação técnica.
23/04/2024 - 13:14:46	Sistema	Intenção de recurso foi deferida para o item 0002.
23/04/2024 - 13:14:46	Sistema	Intenção: A proposta deve ser desclassificada pois o art. 59, PAR 4º, da Lei 14.133/2021 estabelece que no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
23/04/2024 - 13:14:51	Sistema	Intenção de recurso foi deferida para o item 0002.
23/04/2024 - 13:14:51	Sistema	Intenção: INTENÇÃO DE RECURSO - INEXEQUIVEL
23/04/2024 - 13:15:17	Sistema	O prazo para recursos no item 0001 foi definido pelo pregoeiro para 26/04/2024 às 23:59, com limite de contrarrazão para 02/05/2024 às 23:59.
23/04/2024 - 13:15:17	Sistema	O prazo para recursos no item 0002 foi definido pelo pregoeiro para 26/04/2024 às 23:59, com limite de contrarrazão para 02/05/2024 às 23:59.
25/04/2024 - 13:53:32	Sistema	O fornecedor KG2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - DEMAIS enviou recurso para o item 0001.
25/04/2024 - 13:53:58	Sistema	O fornecedor KG2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - DEMAIS enviou recurso para o item 0002.
26/04/2024 - 22:20:16	Sistema	O fornecedor ALICERSE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - EPP/SS enviou recurso para o item 0001.
02/05/2024 - 16:41:48	Sistema	O fornecedor V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI - EPP/SS enviou contrarrazão para o item 0001.
02/05/2024 - 16:42:34	Sistema	O fornecedor V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI - EPP/SS enviou contrarrazão para o item 0001.
02/05/2024 - 16:43:40	Sistema	O fornecedor V B DOS SANTOS CONSTRUTORA EIRELI - EPP/SS enviou contrarrazão para o item 0002.
16/05/2024 - 10:43:41	Sistema	Os recursos do item 0001 foram encaminhados para julgamento.
16/05/2024 - 10:43:49	Sistema	Os recursos do item 0002 foram encaminhados para julgamento.
16/05/2024 - 10:45:35	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.
17/05/2024 - 11:45:59	Sistema	O Item 0001 foi adjudicado por Josemira Raimunda Diniz Gadelha.
17/05/2024 - 11:45:59	Sistema	O Item 0002 foi adjudicado por Josemira Raimunda Diniz Gadelha.
17/05/2024 - 11:46:07	Sistema	O Item 0001 foi homologado por Josemira Raimunda Diniz Gadelha.
17/05/2024 - 11:46:07	Sistema	O Item 0002 foi homologado por Josemira Raimunda Diniz Gadelha.

Douglas Ferreira Santana

Pregoeiro

Josemira Raimunda Diniz Gadelha

Autoridade Competente

PATRICIA DOS SANTOS BRANCO

Apoio





60

# Relatório de Cotação: abrigo de ônibus

Pesquisa realizada em 23/05/2024 10:49:19

Relatório gerado no dia 23/05/2024 10:49:38 (IP: 177.105.172.66)

Item 1: serviço de confecção de capas / coberturas

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
2 / 7	1	RS 13.924,50 (un)	59,4%	RS 13.924,50

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	95.589.230.0001-44 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU PR	Nº Pregão:932023 UASG:985473	31/10/2023	RS 18.349,00
<b>Valor Unitário</b>				<b>RS 18.349,00</b>

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICÍPIO DE TAPIRAI	00001123	20/06/2023	RS 9.500,00
<b>Valor Unitário</b>				<b>RS 9.500,00</b>

Média dos Preços Obtidos: R\$ 13.924,50

Item 2: fornecimento e instalação de abrigo de ônibus, em estrutura metálica, com cobertura em acm, banco em chapa galvanizada, fechamento traseiro e laterais em acrílico fumê, incluindo pintura eletrostática na cor indicada, dimensões mínimas externas: 3,00x2,00

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 1	1	RS 9.500,00 (un)	40,6%	RS 9.500,00

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICÍPIO DE TAPIRAI	00001123	20/06/2023	RS 9.500,00
<b>Valor Unitário</b>				<b>RS 9.500,00</b>

Média dos Preços Obtidos: R\$ 9.500,00

**Valor Global: R\$ 23.424,50**



678

<b>CNPJ</b>	<b>Razão Social do Fornecedor</b>	<b>Valor da Proposta Final</b>
19.814.481/0001-05	SILK BRINDES COMUNICACAO VISUAL, COMERCIO, SERVICOS E TELECOMUNICACOES LTDA	R\$ 18.348,00

**Marca:** Marca não informada  
**Fabricante:** Fabricante não informado  
**Descrição:** Confeção e instalação de abrigo tipo ponto de ônibus com as dimensões 3,00 (comprimento) X 1,5 (largura), conforme memorial descritivo e projeto anexo. Incluso: Mão de obra e materiais necessários para confeção e instalação. Obs: Deverão ser instaladas conforme planta de locação, nas proximidades das seguintes escolas, conforme metragem e espaço de cada uma delas: Escola Estadual irmã Celestina Maria, Colégio Estadual Doutor Arnaldo Busato.

<b>Estado:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>Endereço:</b>	<b>Nome de Contato:</b>	<b>Telefone:</b>	<b>Email:</b>
MG	João Pinheiro	R ASTOLFO MOREIRA, 32	PEDRO HENRIQUE	(38) 3561-2588	silkbrindes@live.com

74.150.319/0001-30	METALURGICA SALTO CAXIAS LTDA	R\$ 18.349,00
--------------------	-------------------------------	---------------

**Marca:** Marca não informada  
**Fabricante:** Fabricante não informado  
**Descrição:** Confeção e instalação de abrigo tipo ponto de ônibus com as dimensões 5,00 (comprimento) X 1,5 (largura), conforme memorial descritivo e projeto anexo. Incluso: Mão de obra e materiais necessários para confeção e instalação. Obs: Deverão ser instaladas conforme planta de locação, nas proximidades das seguintes escolas, conforme metragem e espaço de cada uma delas: Escola Estadual irmã Celestina Maria, Colégio Estadual Doutor Arnaldo Busato.

**Endereço:**

46.917.445/0001-31	CORTINAS JF DECORACOES E COMERCIO EM GERAL LTDA	R\$ 80.000,00
--------------------	---	---------------

**Marca:** Marca não informada  
**Fabricante:** Fabricante não informado  
**Descrição:** Confeção e instalação de abrigo tipo ponto de ônibus com as dimensões 5,00 (comprimento) X 1,5 (largura), conforme memorial descritivo e projeto anexo. Incluso: Mão de obra e materiais necessários para confeção e instalação. Obs: Deverão ser instaladas conforme planta de locação, nas proximidades das seguintes escolas, conforme metragem e espaço de cada uma delas: Escola Estadual irmã Celestina Maria, Colégio Estadual Doutor Arnaldo Busato.

<b>Estado:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>Endereço:</b>	<b>Telefone:</b>	<b>Email:</b>
MG	Juiz de Fora	R GENERAL DESCHAMPS CAVALCANTI, 53	(32) 9956-6856	acercontabil@acercontabil.com.br

44.119.251/0001-65	BPMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 900.000,00
--------------------	-------------------------	----------------

**Marca:** Marca não informada  
**Fabricante:** Fabricante não informado  
**Descrição:** Confeção e instalação de abrigo tipo ponto de ônibus com as dimensões 5,00 (comprimento) X 1,5 (largura), conforme memorial descritivo e projeto anexo. Incluso: Mão de obra e materiais necessários para confeção e instalação. Obs: Deverão ser instaladas conforme planta de locação, nas proximidades das seguintes escolas, conforme metragem e espaço de cada uma delas: Escola Estadual irmã Celestina Maria, Colégio Estadual Doutor Arnaldo Busato.

<b>Estado:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>Endereço:</b>	<b>Telefone:</b>	<b>Email:</b>
SP	São José	R DOM PEDRO II, 440	(48) 3094-0412	compras@bpmaq.com.br

**Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais** R\$ 9.500,00

<b>Órgão:</b> MUNICÍPIO DE TAPIRAÍ	<b>Data:</b> 20/06/2023 00:00
<b>Objeto:</b> Registro de Preços para o fornecimento e instalação de abrigos de passageiros do transporte público coletivo	<b>Modalidade:</b> PREGÃO ELETRÔNICO
<b>Descrição:</b> FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ABRIGO DE ÔNIBUS, EM ESTRUTURA METÁLICA, COM COBERTURA EM ACM, BANCO EM CHAPA GALVANIZADA, FECHAMENTO TRASEIRO E LATERAIS EM ACRÍLICO FUMÊ, INCLUINDO PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR INDICADA. DIMENSÕES MÍNIMAS EXTERNAS: 3,00X2,00 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ABRIGO DE ÔNIBUS, EM ESTRUTURA METÁLICA, COM COBERTURA EM ACM, BANCO EM CHAPA GALVANIZADA, FECHAMENTO TRASEIRO E LATERAIS EM ACRÍLICO FUMÊ, INCLUINDO PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR INDICADA. DIMENSÕES MÍNIMAS EXTERNAS: 3,00X2,00X2,80 METROS (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA)	<b>SRP:</b> SIM
	<b>Identificação:</b> 00001123
	<b>Lote/Item:</b> 1/1
	<b>Ata:</b> N/A
	<b>Homologação:</b> 21/06/2023 00:00
	<b>Fonte:</b> pmtapirai.defiorill.com.br:8079/transparencia/
	<b>Quantidade:</b> 10
	<b>Unidade:</b> UNID
	<b>UF:</b> SP

<b>CNPJ</b>	<b>Razão Social do Fornecedor</b>	<b>Valor da Proposta Final</b>
17.592.525/0001-66	TINPAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS EIRELI "VENCEDOR"	R\$ 9.500,00

**Marca:** Marca não informada  
**Fabricante:** Fabricante não informado  
**Descrição:** Descrição não informada

<b>Estado:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>Endereço:</b>	<b>Telefone:</b>	<b>Email:</b>
SP	Tupã	ROD COMANDANTE JOAO RIBEIRO DE BARROS, S/N	(14) 3491-2400	samir.ferrao@ensinalizacao.com.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ  
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.407.568/0001-93, Rua Rui Barbosa n°. 96 Centro, Barra do  
Jacaré/PR Telefone/Fax (43) 3537-1212 – CEP 86.385-000

MEMORANDO

Ilmo.: Sra. Gilmara Neris de Souza Prado  
Secretária Municipal de Educação.

**Assunto:** Autorização para abertura de Processo para “Contratação de empresa para confecção e instalação de ponto de ônibus (abrigos) em diversos lugares dentro da área urbana e rural, abrangendo, fabricação, pintura e instalação, com fornecimento de toda a mão-de-obra, material, equipamentos e ferramentas necessárias para a execução”.

Prezada Senhora,

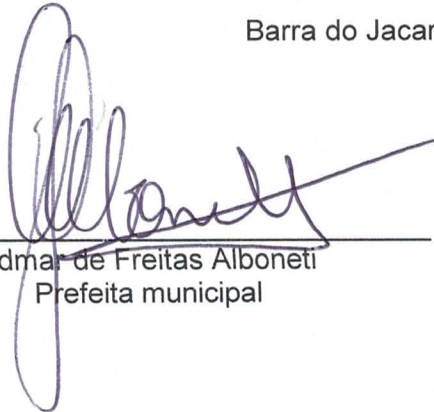
**AUTORIZO** preliminarmente à solicitada mediante memorando expedido pela unidade da Secretária Municipal de educação, a realizar o processo para “Contratação de empresa para confecção e instalação de ponto de ônibus (abrigos) em diversos lugares dentro da área urbana e rural, abrangendo, fabricação, pintura e instalação, com fornecimento de toda a mão-de-obra, material, equipamentos e ferramentas necessárias para a execução”.

O presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

- 1- À elaboração de parecer sobre a necessidade de procedimento licitatório, indicando a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados no certame.
- 2- À elaboração dos demais instrumentos necessários ao procedimento licitatório.
- 3- Ao exame e aprovação dos documentos indicados nos itens acima.
- 4- Parecer contábil e parecer jurídico.

Barra do Jacaré/PR, 23 de maio de 2024.

Cordialmente,

  
Edmar de Freitas Alboneti  
Prefeita municipal



# PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GALDINO PEREIRA

## Barra do Jacaré - Paraná

CNPJ: 76.407.568/0001-93

Rua Rui Barbosa, 96 (Centro) – Telefax: (43) 3537-1212

CEP: 86.385-000 - E-mail: contabilidade@barradojacare.pr.gov.br

### PARECER 074/2024

**Do** – Setor de Contabilidade

**Para** – Setor Licitação

**Assunto:** Contratação de empresa para confecção e instalação de ponto de ônibus (abrigos) em diversos lugares dentro da área urbana e rural, abrangendo fabricação, pintura e instalação com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos e ferramentas necessários para a execução.

Vimos através deste, informar as dotações orçamentárias, para efetuar os procedimentos cabíveis, referente à contratação de empresa para confecção e instalação de ponto de ônibus (abrigos) em diversos lugares dentro da área urbana e rural, abrangendo fabricação, pintura e instalação com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos e ferramentas necessários para a execução.

Ressalta-se que este parecer informa a dotação existente no orçamento, e que os procedimentos referentes a empenho, liquidação e pagamento estarão sujeitos à existência de saldo na dotação orçamentária na data do fato gerador do empenho. Sendo que, o fato de alguma conta contábil constante deste parecer apresentar saldo orçamentário abaixo do necessário para realização do objeto da licitação pode ser sanado pela suplementação da referida conta através de solicitação do setor responsável.

Salientamos ainda que qualquer posição em relação à modalidade, tipo e demais dispositivos do procedimento licitatório, bem como a verificação da correta aplicação da legislação, no que se refere a licitações e contratos, é de competência da respectiva comissão de licitação e do jurídico.

#### 09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### 09.001 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### 12.361.0012.2097 AQUISIÇÃO DE ABRIGO DE ÔNIBUS - EMENDAS IMPOSITIVAS

Item	Histórico	Natureza	Conta	Fonte
01	Equipamentos e Material Permanente	4.4.90.52.00.00	06740	00.000

Sem mais para o momento, e certo de que estamos atendendo o solicitado, nossos protestos de elevada estima e consideração.

Paço Municipal José Galdino Pereira, em 24 de maio de 2024

**LUCAS NASCIMENTO**

Contador



# MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ-ESTADO DO PARANÁ

CNPJ/MF 76.407.568/0001-93, Rua Rui Barbosa n°. 96 Centro, Fone/Fax 0xx 43-35371212 – CEP 86.385-000

Site: pmbarradojacare.pr.gov.br e-mail: pmbj@uol.com.br

67

PORTARIA N°. 002/2024, DE 03 DE JANEIRO DE 2024.

SUMULA: Nomeia Membros da COMISSÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO E COMISSÃO DE APOIO AOS PREGOEIROS.

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré – Estado do Paraná, no uso legal de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO a Lei Municipal n°. 821/2023 de 18/09/2023 – (publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – págs.467à498 – Edição 2860 de 19/09/2023).

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear, a partir de 03/01/2024, os servidores efetivos para comporem a COMISSÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO E COMISSÃO DE APOIO AOS PREGOEIROS do município de Barra do Jacaré como segue:

- . PREGOEIRO: Helder Henrique Ferreira Moreno – Matr. 6291
- . PREGOEIRO: Tiago dos Santos Rodrigues – Matr. 360509
- . MEMBRO: Andreia Aparecida da Silva – Matr. 6281
- . MEMBRO: Donizete Gusmão – Matr. 4651
- . MEMBRO: Marcelo Antonio da Cunha – Matr. 6821
- . MEMBRO: Vania Cristina Espin – Matr. 6681

Art. 2°. Conceder aos servidores em questão Membros da Comissão, Função Gratificada (FG 03) e aos Pregoeiros da Comissão, Função Gratificada (FG 01), conforme contido no Anexo I da Lei Municipal n°. 821/2023 de 18/09/2023 – (publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – págs.467à498 – Edição 2860 de 19/09/2023).

Art. 3°. Esta Portaria entra vigor a partir data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré, em 03 de janeiro de 2024.

EDIMAR DE FREITAS ALBONETI  
Prefeito Municipal



# PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GALDINO PEREIRA

## Barra do Jacaré - Paraná

CNPJ: 76.407.568/0001-93

Rua Rui Barbosa, 96 (Centro) – Telefax: (43) 3537-1212

CEP: 86.385-000 - E-mail: pmbj@uol.com.br

### **EDITAL PREGÃO ELETRONICO N.º 28/2024 (Processo Administrativo n.º 51/2024)**

O PREFEITO, do **MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ – ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais torna público, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, cujo o critério de julgamento será o de menor preço, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decretos Municipais nº 1610/23, 1611/23, 1612/23, 1613/23, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00min do dia 24/06/2024 às 08h30min do dia 04/07/2024.**

**ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08h31min do dia 04/07/2024 às 08h59min do dia 04/07/2024.**

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 04/07/2024.**

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é confecção e instalação de ponto de ônibus (abrigos), CONFORME ESPECIFICAÇÃO DETALHADA NO TERMO DE REFERÊNCIA e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será por item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

#### **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. A participação no presente Pregão Eletrônico se dará mediante realização sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL**, disponível no endereço eletrônico: <https://bllcompras.com/Home/Login>.

2.2. Os interessados deverão se inscrever previamente, realizando o devido credenciamento junto à **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil**; telefone: **(041) 3097-4600**; e-mail: [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br); até o horário fixado neste Edital para o início da apresentação das propostas; devendo apresentar toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento; que deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório do Serviço de Registro Civil e Títulos e Documentos, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;
  - 1) No caso da apresentação de alteração contratual consolidada, fica dispensada a apresentação das alterações anteriores à consolidação.
  - 2) Tal exigência se faz necessária tendo em vista a obrigatoriedade de se cadastrar todas as empresas participantes do certame, para fins de repasse de informações obrigatórias ao Tribunal de Contas do Estado;



65

**3) O Acesso a tais documentos, por parte deste Município, se dará somente na fase de habilitação do certame.**

b) Demais documentos exigíveis pela BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

2.3. O acesso do operador ao Pregão Eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.6. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

2.7. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.7.1.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.8. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade.

2.9. Para esta licitação a participação no lote nº. 02 é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.10. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.11. Não poderão disputar esta licitação:

2.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.11.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.11.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.11.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.11.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.11.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.12. O impedimento de que trata o item 2.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive asua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.11.2 e 2.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicosdo órgão ou entidade.

2.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.15. O disposto nos itens 2.11.2 e 2.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.17. A vedação de que trata o item 2.11.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. **No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá apresentar junto à plataforma do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, às seguintes declarações:**

3.3.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

3.3.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.4. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.3.6. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.3.7. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

3.3.8. que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

3.4. O atendimento ao subitem 3.3 poderá ser através da apresentação de **Declaração Unificada**, junto à plataforma do sistema eletrônico, no momento da inserção da proposta de preço inicial, conforme modelo constante do anexo III deste edital.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade das declarações de que trata os itens 3.3 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido eo intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento

que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, acotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

#### 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 5.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 5.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 5.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 5.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta.
  - 5.9.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
  - 5.9.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
  - 5.9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.13. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, conforme definido neste Edital e seus anexos;
  - 5.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
  - 5.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
    - 5.15.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
    - 5.15.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
    - 5.15.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se

manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.15.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.15.5. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.15.5.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.15.5.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.15.5.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.15.5.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.15.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.15.6.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

5.15.6.2. empresas brasileiras;

5.15.6.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.15.6.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.16.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.16.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.16.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.16.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.16.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.17. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.11 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastros de impedidos e inidôneos mantidos pelo Tribunal de Contas do Estado de onde tiver sede o particular, e cadastro de fornecedores sancionados deste Município;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens

2.9.1 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme ANEXO I do edital.

7.2. Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de

imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério do (a) Pregoeiro (a) solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, ficam condicionadas à verificação de sua validade e dispensam a autenticação.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.6. Os documentos acima solicitados, que não apresentarem data de validade, estes serão considerados válidos por no máximo **120 (cento e vinte) dias**, após a sua data de emissão.

7.7. Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

7.8. As empresas participantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição (art. 43 da LC 123/06 alterada pela Lei 147/2014).

7.9. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal das empresas participantes, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, e a critério da Administração, prorrogáveis por igual período; cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43, §1º, da LC 123/06 alterada pela Lei 147/2014.

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas Lei Federal nº 14.133/21.

7.12. Os documentos exigidos para habilitação que deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## 8. DOS RECURSOS



77  
D

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação delicitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: [barradojacare.pr.gov.br/transparentia/adm/licitacoes](http://barradojacare.pr.gov.br/transparentia/adm/licitacoes).

## **9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 9.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, bem como nos Decretos nº 1610/23 e 1611/23 do município de Barra do Jacaré.
- 9.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.
- 9.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
  - b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
- 9.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - b) dar causa à inexecução total do contrato/ata;
  - c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 9.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:
- a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
  - b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.
- 9.2.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Pregão Eletrônico ou a execução do contrato;

28 p

- b) fraudar a Pregão Eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo de pregão, mesmo após o encerramento da fase de lances:

9.2.3.2. A sanção prevista no item 9.2.3, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Barra do Jacar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.3. Poderá ser aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor o valor do contrato licitado.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

9.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.8. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Pregão Eletrônico, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.10. O não pagamento nos prazos fixados no Termo de Referência deste edital acarretará multa à

**CONTRATANTE**, mediante a aplicação da fórmula a seguir:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

$I = (TX/100) / 365$ ;

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

## 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **em campo próprio na plataforma BLL - <https://bllcompras.com/Home/Login>; ou através do e-mail: [pmbj@uol.com.br](mailto:pmbj@uol.com.br).**

10.4. A impugnação deverá ser dirigida ao Pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone e endereço eletrônico para contato.

10.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO/CONTRATO

11.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração homologará o processo licitatório e convocará o representante legal da empresa licitante para assinar a ata de registro de preços/contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da convocação, sob pena de decair do direito de ter seu produto registrado, nos termos do Art. 90, da Lei Federal nº 14.133/93 e sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da mesma Lei e Decreto Municipal nº 1610/23.

11.2. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período desde que haja solicitação expressa do detentor, e motivo justificado.

11.3. Uma vez assinada a Ata de Registro de preços, assume o REGISTRADO o compromisso de atender durante o prazo de vigência do respectivo registro de preços os pedidos realizados pela Administração, quando então será celebrado o respectivo contrato ou instrumento equivalente, estabelecendo quantidades, prazos de entrega e demais características dos produtos e/ou dos serviços a serem prestados.

11.4. Quando se tratar de contrato, uma vez assinado o instrumento contratual, a contratada, assume a responsabilidade do cumprimento total do contrato.

11.4.1. Sera facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato/ata ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.5. Será registrado apenas o valor do vencedor da disputa para o respectivo item.

11.6. A partir da assinatura da ata de registro de preços ou o contrato, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive as penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

11.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

11.8. A Ata de Registro de Preços/contrato terá sua vigência iniciada na data da sua publicação, que se estenderá pelo período de 12 (doze) meses; podendo ser prorrogado conforme Lei Federal nº 14.133/21.

11.9. Para efeitos de garantia dos produtos e ou serviços, o prazo de vigência dos contratos se darão até o término da garantia ofertada pela CONTRATADA, ou conforme descrita no produto; e de conformidade com o descrito na Proposta de Preços da CONTRATADA.

11.10. A Ata de Registro de Preços/Contrato será tramitada pelo Setor de Contratos e com o Gestor do Contrato, localizado no paço municipal devendo todos os assuntos pertinentes ser tratados diretamente no setor competente ou pelo telefone (43) 3534-1202, ou por e-mail: [pmbj@uol.com.br](mailto:pmbj@uol.com.br).

## 12. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADO

12.1. Quando se tratar de sistema de registro de preço, o preço registrado poderá, justificadamente, ser objeto de **reequilíbrio econômico-financeiro**, para mais ou para menos.

12.1.1. Quando o **preço de mercado** se tornar **inferior aos preços registrados**, a Administração adotará as seguintes providências:

12.1.1.1. Convocação do Detentor visando à negociação para redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

12.1.1.2. Liberar o Detentor do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos já firmados;

12.1.1.3. Convocação dos demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.1.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, o requerimento/proposta, devidamente comprovado e justificado, de equilíbrio econômico-financeiro para mais, deverá partir do fornecedor; que deverá ser feito acompanhada de documentos, tais como notas fiscais de aquisição e/ou outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgãos governamentais, alusivos à época da

80

elaboração da proposta ou no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços; e, do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro; sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento desses documentos.

12.1.2.1. A solicitação acima será objeto de análise por parte do Gestor de Contratos, sendo facultada a aceitação ou não do pedido de revisão e posteriormente encaminhado ao setor do contrato.

### 13. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "**prática colusivas**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) "**prática obstrutiva**": destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste edital e nas cláusulas do **Contrato**; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

13.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

81  
A

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal Transparência, através do endereço eletrônico [barradojacare.pr.gov.br/transparencia/adm/licitacoes](http://barradojacare.pr.gov.br/transparencia/adm/licitacoes), e na Plataforma BLL, através do endereço eletrônico <https://bllcompras.com/Home/Login>.

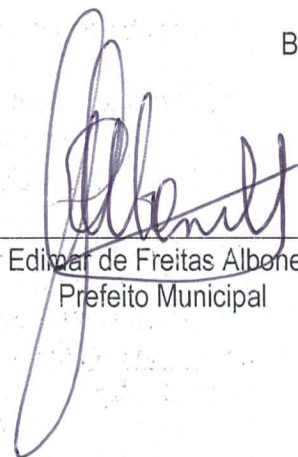
14.11. Os Trabalhos serão conduzidos por Servidor do Município de Barra do Jacaré – Estado do Paraná, denominado Agente de Contratação (conforme portaria nº 02/2024), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo da “BLL compras” constantes da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (<https://bllcompras.com/Home/Login>).

14.12. Mais informações referente este Pregão Eletrônico poderá ser solicitado por e-mail: [pmbj@uol.com.br](mailto:pmbj@uol.com.br), ou pelo telefone (43) 3537-1202.

14.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
- 14.13.2. ANEXO II - Termo de Referência
- 14.13.3. ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada;
- 14.13.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços (licitante vencedor)
- 14.13.5. ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato/Ata
- 14.13.6. ANEXO VI – Atestado de Capacidade Técnica

Barra do Jacaré, 11 de junho de 2024.



Edimar de Freitas Alboneti  
Prefeito Municipal

## ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

52  
P

### 1 Habilitação jurídica:

- 1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.
- 1.8 No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 1.9 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 1.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- 2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- 2.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

### 3 Quanto à Qualificação Econômica – Financeira:

- 3.1 Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor ou Órgão equivalente, na sede da Pessoa Jurídica.
- 3.2 Referente ao documento acima, fica dispensado a apresentação para empresas MEI.

### 4 Qualificação Técnica

- a) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por Pessoa Jurídica. (Modelo Anexo VI)

### 5 Declarações (Apresentar junto a plataforma do sistema eletrônico, no momento da inserção da proposta de preços inicial)

- 5.1 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;
- 5.3 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 5.4 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.5 Que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 5.6 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 5.7 Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.
- 5.8 Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Obs: Referente as declarações acima, poderá apresentar **Declaração Unificada**, conforme **modelo constante do anexo III** deste edital.

Os documentos exigidos para habilitação poderão ser anexados no sistema eletrônico (BLL compras) no momento da digitação da proposta inicial ou deverão ser enviados após a disputa por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

84  
10

## ANEXO II -- TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

“Contratação de empresa para confecção e instalação de ponto de ônibus (abrigos) em diversos lugares dentro da área urbana e rural, abrangendo, fabricação, pintura e instalação, com fornecimento de toda a mão-de-obra, material, equipamentos e ferramentas necessárias para a execução”.

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	27458	ABRIGO ONIBUS - "ESTRUTURA -TUBOS DE 4"E 2" PAREDE 2,65mm GALVANIZADO Abrigos para paradas de ônibus instalados em diversos pontos da cidade de Barra do Jacaré - Pr. Estruturas estas confeccionadas em chapa de aço, assento de madeira enverniza, placa de identificação pintura eletrostática. As paradas serão chumbadas no solo, assegurando a total estabilidade e rigidez do conjunto como um todo. Os abrigos de paradas de ônibus têm as dimensões aproximadas de 2,87m x 2,10m pela altura total de 2,50m. O conjunto apresenta proteção lateral de ambos os laços com fechamento em aço e na parte de trás (costas da parada) e o policarbonato nas laterais que servira para proteger do vento e da chuva e ao mesmo tempo permite a luminosidade e visibilidade do entorno. O fechamento superior é escondido pela platibanda que circunda toda a estrutura, coletando a água que ali escoo direto da calha para a descida de pluvial a ser direcionada para a sarjeta da via pública. Mais detalhes em anexo na fixa técnica.	8,00	UN	13.146,82	105.174,56
<b>TOTAL</b>						105.174,56
Lote: 2 - Lote 002						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	27459	ABRIGO ONIBUS - "ESTRUTURA -TUBOS DE 4"E 2" PAREDE 2,65mm GALVANIZADO Abrigos para paradas de ônibus instalados em diversos pontos da cidade de Barra do Jacaré - Pr. Estruturas estas confeccionadas em chapa de aço, assento de madeira enverniza, placa de identificação pintura eletrostática. As paradas serão chumbadas no solo, assegurando a total estabilidade e rigidez do conjunto como um todo. Os abrigos de paradas de ônibus têm as dimensões aproximadas de 5,00 mt x 2,10 mt pela altura total de 2,50mt. O conjunto apresenta proteção lateral de ambos os lados com fechamento em aço e na parte de trás (costas da parada) e o policarbonato nas laterais que servira para proteger do vento e da chuva e ao mesmo tempo permite a luminosidade e visibilidade do entorno. O fechamento superior é escondido pela platibanda que circunda toda a estrutura, coletando a água que ali escoo direto da calha	1,00	UN	23.362,31	23.362,31



85

	para a descida de pluvial a ser direcionada para a sarjeta da via pública. Mais detalhes em anexo na ficha técnica.				
TOTAL					23.362,31
VALOR TOTAL DO EDITAL R\$ 128.536,87 (Cento e Vinte e Oito Mil, Quinhentos e Trinta e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos).					

- 1.1. O contrato terá um prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da assinatura do contrato com a possibilidade de renovação por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o Art. 84 da Lei 14.133/21.
- 1.2. A execução do objeto deverá ser concluída dentro do prazo contratual, contado a partir da emissão da Ordem de Fornecimento. É importante salientar que o fornecedor deverá estar preparado para atender a possíveis demandas emergenciais que venham a surgir durante a vigência do contrato, com agilidade e eficiência, a fim de não prejudicar o bom funcionamento dos diversos setores da Administração Pública Municipal.
- 1.3. No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratual, o fornecedor ficará sujeito às sanções previstas na legislação aplicável e no contrato.
- 1.4. Estas condições gerais estão sujeitas às disposições contidas na Lei 14.133/21, que regula as licitações e os contratos administrativos pertinentes a esta modalidade de aquisição.
- 1.5. Apresentar atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa comprovando aptidão para desempenho das atividades pertinentes e compatíveis ou de complexidade superior com o objeto licitado, devidamente registrado no CREA da região;
- 1.6. Comprovar que a empresa fabricou e implantou equipamentos equivalentes com o objeto a ser licitado ou de complexidade superior. Essa comprovação deverá ser feita por atestado em nome da empresa participante fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente registrado no CREA da região onde o objeto foi executado;

**1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 Os pontos de embarque e desembarque são elementos essenciais que articulam a interface entre o transporte público e escolar e seus usuários. Eles desempenham o papel crucial de captar e distribuir os passageiros, estando estrategicamente localizados ao longo dos itinerários das linhas do Sistema. O abrigo, por sua vez, constitui a estrutura que protege os usuários das intempéries, proporcionando maior conforto e comodidade durante o tempo de espera pelo ônibus, o que, por conseguinte, eleva o nível de satisfação dos usuários.

Os abrigos apresentam diversas tipologias, sendo primordial que suas características levem em consideração o fluxo de pessoas. O quantitativo estimado para a instalação e manutenção desses abrigos foi definido com base nos valores destinados pelas emendas impositivas individuais dos vereadores Izael Dutra, Luciana Aparecida Bernardino Del Padre, Jorge João Pereira Filhos, além de uma contrapartida da gestão municipal destinada a atender esta demanda específica.

Portanto, a melhoria da infraestrutura dos pontos de embarque e desembarque visa não apenas proteger os usuários, mas também fomentar um ambiente mais convidativo e eficiente para o uso do transporte público e escolar, contribuindo para um sistema de transporte mais funcional e acessível a todos.

2.2 Pretende-se, com essas intervenções, aumentar a eficiência dos serviços do Sistema de Transporte Escolar Municipal. Tal eficiência não se limita à mera oferta dos serviços de transporte, mas também abrange a infraestrutura necessária para sua operacionalização. Nesse contexto, as intervenções nos abrigos dos pontos de embarque e desembarque são de extrema importância, uma vez que suas condições podem influenciar significativamente a experiência dos usuários do transporte escolar.

Os abrigos proporcionam um local adequado para que os usuários possam esperar os ônibus com conforto e proteção, tanto nos dias de sol quanto nos dias de chuva. Essas melhorias não apenas asseguram a segurança e o bem-estar dos estudantes, mas

46

também incentivam a utilização do serviço de transporte escolar, resultando em um aumento na satisfação dos usuários e, conseqüentemente, na eficiência do sistema como um todo.

Em suma, as intervenções nos abrigos de pontos de embarque e desembarque são fundamentais para a operacionalização eficiente do Sistema de Transporte Escolar Municipal. Ao garantir condições adequadas de espera para os usuários, as autoridades demonstram um compromisso com a melhoria contínua dos serviços públicos, promovendo um sistema de transporte mais funcional, acessível e satisfatório para todos

2.3 A solução proposta compreende na contratação de empresa para confecção e instalação de ponto de ônibus (abrigos) em diversos lugares dentro da área urbana e rural, abrangendo, fabricação, pintura e instalação, com fornecimento de toda a mão-de-obra, material, equipamentos e ferramentas necessárias para a execução, conforme as especificações e quantidades detalhadas no Termo de Referência. A realização do processo de licitação é de suma importância, pois visa proporcionar aos munícipes e aos alunos matriculados na rede de ensino municipal de Barra do Jacaré – PR, um local adequado e seguro para aguardarem o ônibus em dias de sol e chuva.

Além disso, a licitação permite a obtenção de propostas competitivas, assegurando o melhor uso dos recursos públicos. O fornecimento de toda a mão-de-obra, materiais, equipamentos e ferramentas indispensáveis para a execução do projeto será rigorosamente supervisionado, conforme as especificações detalhadas no estudo anexo a este documento. Este cuidado visa não apenas atender às normas de segurança e conforto, mas também promover a durabilidade e a manutenção adequada dos abrigos

2.4 Dessa forma, essa contratação está em conformidade com o interesse público, pois visa garantir que os serviços públicos sejam prestados de maneira eficaz e eficiente, garantindo o bem-estar da população e a operação eficiente da Administração Pública Municipal.

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

### 2.1. Aquisição e Implementação:

2.1.1. A Contratação de empresa para confecção e instalação de ponto de ônibus (abrigos) em diversos lugares dentro da área urbana e rural, abrangendo, fabricação, pintura e instalação, com fornecimento de toda a mão-de-obra, material, equipamentos e ferramentas necessárias para a execução será feita por meio de processo licitatório, seguindo rigorosamente o disposto na lei 14.133/21. Este processo permitirá a seleção de fornecedores qualificados que podem entregar os bens requeridos em condições adequadas de preço, prazo e qualidade. Após a seleção do fornecedor e a formalização do contrato, a entrega dos bens será realizada conforme o cronograma estabelecido no contrato, sendo o fornecedor responsável por todos os custos de entrega.

### 2.2. Monitoramento e Avaliação:

2.2.1. A execução do contrato será monitorada e avaliada pelos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato. Eles verificarão a conformidade dos produtos entregues com as especificações definidas no contrato, bem como o cumprimento dos prazos de entrega. Além disso, eles também estarão encarregados de monitorar a qualidade dos produtos entregues, relatando qualquer defeito ou falha ao fornecedor.

### 2.3. Descarte e Logística Reversa:

2.3.1. Ao final do ciclo de vida dos materiais adquiridos, o descarte será realizado de acordo com as normas ambientais vigentes e as políticas de sustentabilidade da Administração Pública Municipal. A logística reversa será implementada quando aplicável, garantindo que os materiais sejam reciclados ou descartados de maneira adequada, minimizando o impacto ambiental. A responsabilidade e os custos associados ao descarte adequado dos materiais serão de responsabilidade da Administração Pública Municipal, a menos que acordado de outra forma com o fornecedor.

## 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO INCLUINDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

### 3.1. Requisitos Técnicos e Funcionais:

3.1.1. Os produtos da Contratação de empresa para confecção e instalação de ponto de ônibus (abrigos) em diversos lugares dentro da área urbana e rural, abrangendo, fabricação, pintura e instalação, com fornecimento de toda a mão-de-obra, material, equipamentos e ferramentas necessárias para a execução. Estes requisitos incluem, mas não estão limitados a:

3.1.1.1. ABRIGO ONIBUS - "ESTRUTURA-TUBOS DE 4" E 2" PAREDE 2,65mm GALVANIZADO : os produtos e serviços devem ser de qualidade suficiente garantindo a eficiência do objeto.

87  
Ø

### 3.2. Requisitos de Qualidade:

Os itens devem atender aos padrões de qualidade estabelecidos pela Administração Pública Municipal (secretaria de Educação e Setor de Obras) e, quando aplicável, pelos órgãos reguladoras pertinentes. Os produtos devem ser novos, não utilizados, de primeira qualidade e sem defeitos. Além disso, os fornecedores devem garantir que os itens entregues sejam consistentes com as amostras ou especificações apresentadas durante o processo de licitação.

### 3.3. Critérios e Práticas Sustentáveis:

3.3.1. Os fornecedores são incentivados a adotar práticas sustentáveis em todas as fases de suas operações, desde a produção até a entrega. Isso inclui a utilização de materiais recicláveis ou de origem sustentável, a redução do consumo de energia e água, a minimização da geração de resíduos e a promoção da economia circular.

### 3.4. Requisitos Legais e Regulatórios:

3.4.1. A contratação estará sujeita a todas as leis, regulamentações e normas aplicáveis, incluindo, entre outras, a lei 14.133/21, que regula as licitações e contratos administrativos. Além disso, a contratação também deve estar em conformidade com as normas ambientais e de segurança, conforme exigido pela legislação municipal, estadual e federal. Todos os fornecedores participantes devem estar em dia com suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, além de estarem regularizados perante os órgãos de proteção ao crédito.

## 4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 4.1. Mobilização e Início dos Serviços:

4.1.1. Após a assinatura do contrato, a empresa vencedora deve iniciar a mobilização de seus recursos para garantir a entrega oportuna dos produtos solicitados. O prazo máximo para início da entrega dos itens é de 40 dias após a emissão da nota de empenho, com o objetivo de evitar qualquer interrupção nas operações dos departamentos municipais.

### 4.2. Monitoramento e Controle da Execução:

4.2.1. A Administração Pública Municipal designará servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato. Estes servidores irão monitorar o desempenho do contrato através de indicadores de desempenho como a pontualidade das entregas, a qualidade dos produtos e a eficiência na solução de eventuais problemas.

### 4.3. Comunicação e Reporte:

4.3.1. A comunicação entre a Administração e a empresa contratada será realizada através de canais formais, incluindo e-mail e reuniões presenciais ou virtuais.

## 5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 5.1. Designação de Responsáveis:

5.1.1. A gestão e fiscalização do contrato ficarão a cargo da Secretária Municipal de Educação, Sra. Gilmara Neris de Souza Prado. A função desta servidora inclui o monitoramento do desempenho do contrato, a verificação da conformidade dos produtos entregues com as especificações do contrato, a aprovação dos produtos entregues, a coordenação da comunicação entre a Administração e a empresa contratada e a aplicação de penalidades, se necessário.

5.2. Eficiência no atendimento: a empresa contratada deve responder a qualquer solicitação da Administração em até 24 horas em 95% dos casos.

### 5.3. Resolução de Conflitos e Penalidades:

5.3.1. Em caso de conflitos relacionados ao contrato, a Administração e a empresa contratada devem primeiro buscar uma solução amigável através de negociação direta. Se não for possível alcançar uma solução dessa forma, será solicitado abertura de processo administrativo.

5.3.2. As penalidades pela não conformidade com as obrigações contratuais incluem multas, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, conforme estabelecido nos artigos da Lei nº 14.133/21. A aplicação de penalidades será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

- 88
- 6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
    - 6.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
    - 6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
  - 6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
  - 6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
  - 6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei 14.133/21, art. 121, caput).
    - 6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
  - 6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
  - 6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
  - 6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
  - 6.10. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

## 7. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 7.1. Modalidade de Licitação:
  - 7.1.1. Tendo em vista a natureza do objeto e o valor estimado para a contratação, será adotada a modalidade de Pregão, na forma eletrônica, conforme determina a Lei nº 14.133/2021. Esta modalidade é a mais adequada para a aquisição de bens comuns, tais como os materiais de escritório, saúde e educação que constituem o objeto desta contratação.
- 7.2. Tipo de Licitação:
  - 7.2.1. A licitação será do tipo menor preço global "valor da cesta", pois se trata de uma aquisição de bens comuns cujas especificações podem ser definidas com precisão no Termo de Referência. Este modelo permite uma ampla competição entre os fornecedores e garante a obtenção dos produtos necessários pelo menor custo.
- 7.3. Critérios de Avaliação das Propostas:
  - 7.3.1. As propostas serão avaliadas e comparadas com base no preço ofertado para cada item, desde que estejam em conformidade com as especificações e requisitos estabelecidos no Termo de Referência. Além disso, as propostas deverão observar os princípios de vantajosidade, economicidade e sustentabilidade, conforme previsto na Lei 14.133/2021.
- 7.4. Critérios de Desempate:
  - 7.4.1. Em caso de empate entre as propostas, será adotado o critério de desempate previsto na legislação, que prioriza, nesta ordem: microempresas e empresas de pequeno porte; fornecedores que promovam o desenvolvimento sustentável, considerando critérios de eficiência energética, redução de emissões de gases de efeito estufa e conservação da biodiversidade; e, por último, o sorteio.

## 8. DO RECEBIMENTO

- 8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento do objeto na sede da contratante pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

- 8<sup>a</sup>  
P
- 8.2. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
  - 8.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
  - 8.4. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
  - 8.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
    - 8.5.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
  - 8.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 9. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
  - a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.8. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.9. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:
  - 9.9.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
  - 9.9.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
  - 9.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
  - 9.9.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
  - 9.9.5. Prova de regularidade com a Corregedoria-Geral da Justiça e Trabalho (CNDT)

91 p

**ANEXO III - DECLARAÇÃO UNIFICADA  
(MODELO)**

**Ao MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ – PR**

**Referência: Edital Pregão Eletrônico nº 028/2024**

A Empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com endereço na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_ Estado do \_\_\_\_\_ telefone (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente:

- a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- f) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- g) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- h) que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura, RG e CPF do declarante)

**Representante Legal**

92  
Q

### ANEXO IV – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

(ESTE MODELO DE PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDO PELO LICITANTE VENCEDOR)

Ao MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ – PR

Referência: Edital Pregão Eletrônico nº 028/2024

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Agência:

Conta Bancária nº:

Telefone:

Banco:

Apresentamos nossa proposta de preços para o(s) item(s) abaixo detalhado(s):

ITEM	QTD	UM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

O valor total proposto para o item é de R\$ (XXXXXXXXXX).

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega: Conforme Edital.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura, RG e CPF do declarante)  
**Representante Legal**

93

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2024 REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO Nº xx/2024

CONTRATO DE

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ E A EMPRESA

O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, nº 96, CNPJ nº 76.407.568/0004-93, neste ato, representado pelo Senhor, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº e portador da Carteira de Identidade RG SSP/ /, nos termos do Decreto Municipal nº /; doravante denominado CONTRATANTE; e do outro lado a empresa a seguir descrita e qualificada, doravante denominada CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 1610/23 e demais legislações aplicáveis, bem como as exigências deste Edital; conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, celebra, por força deste instrumento, o presente contrato conforme consta do Pregão Eletrônico nº 38/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Objeto-

1.1. O Objeto do Processo Licitatório, que deu origem o presente Contrato é, do Pregão Eletrônico nº 0xx/2024, que juntamente com a proposta da CONTRATADA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

1.2. A empresa, com sede na cidade de, sito à, inscrita no CNPJ/MF sob nº, representada por seu Procurador, inscrito no CPF/MF sob nº e portador da Carteira de Identidade RG nº doravante denominada CONTRATADA, obriga-se a fornecer à Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré (PR), de acordo com as solicitações feitas pela CONTRATANTE, os itens a seguir:

LOTE	ITEM	QUANTIDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
R\$ 0,00 (ZERO REAIS)							

1.3. O objeto deste instrumento deverá estar de acordo com as condições e características contidas no Pregão Eletrônico nº 0xx/2023, com a proposta da DETENTORA, com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com as cláusulas deste Contrato, bem como as demais leis pertinentes.

1.4. Após assinar o Contrato, a licitante CONTRATADA deverá manter sua condição de habilitação e propostas durante o período de vigência do mesmo.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes da execução da presente licitação correrão à da Dotação Orçamentária:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX



### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3 O contrato terá sua vigência iniciada na **data da sua assinatura**, que se estenderá até \_\_ / \_\_ / \_\_\_\_, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/21.

### CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS

5.1. O preço para o fornecimento do produto é o constante da cláusula primeira, entendido como justo e suficiente para a total execução do objeto.

5.2. No valor definido estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

### 7 CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, bem como no Decreto Municipal nº 1610/23.

8.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de con- traditório e de ampla defesa.

8.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

8.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**8.2.3. Considera-se inexecução total do contrato**

- a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assu- mida.

**8.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:**

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Pregão Ele- trônico ou a execução do contrato;
- b) fraudar a Pregão Eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao en- quadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo de pregão, mesmo após o encerramento da fase de lances.**

**8.2.6. A sanção prevista no item 8.2.4, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Barra do Jacaré, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.**

**8.2.7. Poderá ser aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor o valor do contrato licitado.**

- a) Para as infrações previstas no item 8.2.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;
- b) Para as infrações previstas no item 9.2.4, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado;

**8.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Adminis- tração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicial- mente.**

**8.2.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.**

**8.2.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.**

**8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:**

- 8.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**8.4. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Pregão Eletrônico, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.**

**8.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.**

**8.6. O não pagamento nos prazos fixados na Cláusula Sétima deste edital acarretará multa à CONTRATANTE, mediante a aplicação da fórmula a seguir.**

EM = I x N x VP, onde:

I = (TX/100) / 365;

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

96  
φ

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

### 9.1. A CONTRATANTE obrigam-se-á:

- a) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente contratação, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/21; e demais normas editais;
- b) Fiscalizar e acompanhar o recebimento do objeto deste Pregão Eletrônico, através dos Responsáveis pela Fiscalização e Recebimento, nomeados por Portaria, nos termos do Decreto Municipal nº 376/15, e alterações posteriores;
- c) Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- d) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- e) Providenciar os pagamentos a CONTRATADA à vista das Notas Fiscais Eletrônicas / Fatura devidamente atestado; nos prazos fixados
- f) Arcar com os encargos no caso do não pagamento nos prazos previstos na **Cláusula Sétima** e condições previstas no **subitem 8.6** do Contrato.
- g) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 9.2. A CONTRATADA obrigam-se-á:

- a) Fornecer o objeto a ser contratado, cumprindo todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b) Comunicar imediatamente eventuais atrasos na entrega do objeto, fundamentando justificadamente e documentalmente os seus motivos; para posterior análise da CONTRATANTE; ficando a seu exclusivo critério a aceitabilidade; independente de aplicação das penalidades previstas em lei;
- c) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- d) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- f) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- h) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, nos termos do Art. 119, da Lei Federal nº 14.133/21;
- i) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

- j) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- k) Manter durante toda a execução do contrato todas as condições exigidas para a habilitação ou para a qualificação, nos termos do Art. 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/21;
- l) No ato do pagamento, a Contratada deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com prazo vigente, junto à Tesouraria deste Município, a fim de comprovar sua idoneidade;
- m) No caso de empresas locais, deverá ainda ser apresentada a Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- n) Acatar todas as demais condições e assumir as obrigações contidas no Edital e no Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA**

10.1. A Contratada se obriga prestar garantia dos produtos, na forma da Lei, que deverá ser especificada na proposta de preços, iniciando-se a partir da emissão do termo de aceite (Atestado) do produto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

11.1. A fiscalização sobre a execução das contratações da presente licitação se dará conforme as atribuições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 1610/2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1.1. O contrato pode ser extintos antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. **12.1.2.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas;

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

97  
2

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no Portal Transparência, através do endereço eletrônico: [barradojacare.pr.gov.br/transparencia/adm/licitacoes](http://barradojacare.pr.gov.br/transparencia/adm/licitacoes).

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. 15.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "**prática colusivas**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "**prática obstrutiva**": destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Os dados da Contrato são decorrentes do Pregão Eletrônico nº 0xx/2023.

16.2. Os casos omissos relativos à execução do contrato serão resolvidos pelas partes, com a estrita observância das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar aplicável à espécie.

## CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO FORO

17.1. As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir do presente Contrato;

99  
10

17.2. E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato, para que surta os jurídicos e legais efeitos; em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo arroladas:

Barra do Jacaré/PR, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX

\_\_\_\_\_  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Contratada

\_\_\_\_\_  
Assessoria Jurídica

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

100  
2

ANEXO VI

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré

Referente ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico \_\_/2024.

O Município de ....., / e ou Empresa..... com sede na .....nº....., Estado..... inscrita no CNPJ/MF sob nº....., atesta para os fins que a empresa....., inscrita no CNPJ/MF nº.....inscrição Estadual.....com sede na....., Estado....., forneceu ao município / ou a empresa e executou todos os serviços dentro das especificações técnicas exigidas (especificar o tipo de produto ou serviço que forneceu ou executou), tendo cumprido rigorosamente o prazo de entrega, assim até o presente momento, não há nada que a desabone.

Local e data.....

ANEXO VI

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

---

Nome e assinatura e Carimbo do representante legal do município / ou empresa

.....

.....

.....



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.407.568/0001-93, Rua Rui Barbosa, 96, Centro – Telefax (43) 3537-1212, CEP 86.385-000 – Barra do Jacaré – Paraná

E-mail: pmbj@uol.com.br

## MEMORANDO INTERNO

**DO:** Setor de Licitação

**PARA:** Setor Jurídico

**Data:** 11/06/2024

Prezado Senhores:

Encaminhamos pasta da licitação Pregão 028-2024, para análise e emissão do Parecer Jurídico, referente ao edital.

Certo de que seremos atendidos apresentamos valiosos préstimos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Nathan L. G. Zanatta  
Assistente Administrativo





102  
Q

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO  
JACARÉ/PR**  
**Procuradoria Jurídica Municipal**

---

**PARECER JURÍDICO Nº 136/2024**

**Processo Administrativo nº 51/2024**

**Licitação (Pregão Eletrônico) nº 28/2024**

**Interessado: Setor de Licitação**

**Assunto: Análise da modalidade de licitação e da fase preparatória do procedimento**

Processo licitatório. Confecção e instalação de ponto de ônibus. Parecer favorável à legalidade da fase preparatória, da minuta do edital e da modalidade de licitação aventada.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, ao fim da fase preparatória o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico, que deve fazer o controle prévio de legalidade, mediante análise jurídica (art. 53).

Tal análise, que se dá por meio de um parecer jurídico, deve apreciar o processo licitatório por meio de critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade, com linguagem simples, compreensível, clara e objetiva, analisando todos os elementos indisponíveis à contratação, expondo os fatos e os fundamentos jurídicos levados em consideração (art. 53, § 1º).

## **1. RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de autorização, oriunda da Secretaria Municipal de Educação, para a realização de processo licitatório destinado a *“confecção e instalação de ponto de ônibus”*.

O procedimento veio acompanhado de: (1) solicitação de autorização para o processo licitatório; (2) Documento de formalização da demanda (DFD); (3) Estudo



103  
Q

# PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ/PR

## Procuradoria Jurídica Municipal

---

técnico preliminar (ETP); (4) pesquisa de preços; (5) Termo de Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Educação; (6) Autorização do Sr. Prefeito Municipal; (7) minuta do edital e seus anexos; (8) Parecer Contábil nº 074/2024; (9) Encaminhamento do Setor de Licitação para este Setor jurídico para elaboração de parecer jurídico sobre o Edital de Licitação.

## 2. DO PREGÃO ELETRÔNICO

A Constituição Federal em seu art. 37, XXI, estabelece que a regra para as contratações públicas é a realização de licitação. A Lei nº 14.133/2021 prevê a modalidade de licitação denominada **pregão**, a qual deve ser obrigatória nos casos de aquisição de bens e serviços comuns e serviços comuns de engenharia, através do critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto (art. 28, I), por meio do rito procedimental comum (art. 17).

Bens e serviços comuns conforme o parágrafo único do art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021, são *“aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”*.

Conforme consta nos autos, há Termo de Referência elaborado para o objeto em apreço, compatível com a definição de bens comuns, posto que seus padrões são aferidos consoante mercado correlato, bem como realização da pesquisa de preços.

Como se observa, a utilização da modalidade pregão é possível nos casos em que não há a necessidade de profundas exigências técnicas e que podem ser encontrados com facilidade no mercado, sendo o caso do presente processo licitatório.

A forma eletrônica do pregão deve ser preferencialmente adotada por conta da previsão contida no § 2º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

A fase preparatória do pregão, a nosso ver, está em consonância com o quanto previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.



104  
Ø

# PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ/PR

## Procuradoria Jurídica Municipal

---

### 2.1 DO EDITAL DE LICITAÇÃO

O edital de licitação segue o padrão utilizado pelo Município nos pregões eletrônicos em geral. E, em termos jurídicos, está de acordo com a legislação vigente, de igual forma, a minuta do contrato, que consta em seu anexo. Com efeito, preconiza a Lei 14.133:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do edital de licitação;
- VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas



109 P

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO  
JACARÉ/PR**  
**Procuradoria Jurídica Municipal**

---

técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;  
X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;  
XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Analisando este Processo Administrativo, afere-se que o procedimento licitatório se encontra devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais.

### **3. DO INTERESSE PÚBLICO DA CONTRATAÇÃO**

Observa-se que a licitação em análise possui como objeto “*confeção e instalação de ponto de ônibus*” que são atendidos pela Secretaria Municipal de Educação. Sendo assim, cumpre ressaltar que a definição do que é ou não de interesse público para o Município não é de competência desta advogada pública e sim do Sr. Prefeito e seus Secretários Municipais, os quais anexaram justificativas ao procedimento em análise.

Por isso, não há aspecto jurídico a ser examinado neste ponto, uma vez que o interesse público se refere ao mérito administrativo (conveniência e oportunidade), devendo ser feita esta análise pelos agentes supracitados, e não por esta advogada pública.

Sendo assim, o setor jurídico não tem competência para analisar se a referida contratação é ou não de interesse público para a população. A análise realizada neste parecer é somente sobre o aspecto jurídico, ou seja, pela viabilidade legal de se realizar a presente contratação.

### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ressalte-se que o presente arrazoado tem caráter meramente opinativo, não vinculando o administrador em sua decisão, conforme entendimento exarado pelo STF no Mandado de Segurança nº 24.078, rel. Min. Carlos Velloso, Mandado de Segurança



106  
g

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO  
JACARÉ/PR**  
**Procuradoria Jurídica Municipal**

---

24.073/DF e MS 24.631, rel. Min. Joaquim Barbosa, e súmulas do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Assim vejamos:

MS 24073/DF – “O parecer não é ato administrativo, sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa...”

MS 24.631 – “É abusiva a responsabilização do parecerista à luz de uma alargada relação de causalidade entre seu parecer e o ato administrativo do qual tenha resultado dano ao erário. Salvo demonstração de culpa ou erro grosseiro, submetida às instâncias administrativo-disciplinares ou jurisdicionais próprias, não cabe a responsabilização do advogado público pelo conteúdo de seu parecer de natureza meramente opinativa”.

**CONSELHO FEDERAL DA OAB**

Súmula 6 – Os advogados públicos são invioláveis no exercício da função, não sendo passíveis de responsabilização por suas opiniões técnicas, ressalvada a hipótese de dolo ou fraude.

Súmula 7 – Os advogados públicos, no exercício de suas atribuições, não podem ser presos ou responsabilizados pelo descumprimento de decisões judiciais. A responsabilização dos gestores não pode ser confundida com a atividade de representação judicial e extrajudicial do advogado público.

Por fim, vale rememorar que, sob pena de configuração de crime e de ato de improbidade administrativa, o restante do certame deverá observar, rigorosamente, a Lei 14.133, o Decreto lei nº 2.848/1940 (Código Penal), bem como os Princípios que regem a matéria, notadamente, Legalidade, Impessoalidade, probidade administrativa, publicidade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa à administração pública.

Ante o exposto, com base nos fundamentos de fato e de direito retro declinados e, nos termos da Lei 14.133, estas são as considerações da Advogada Pública municipal acerca da fase preparatória do certame.

## **5. CONCLUSÃO**



107  
SO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO  
JACARÉ/PR**  
**Procuradoria Jurídica Municipal**

---

Ante o exposto, esta Advogada Pública opina pela legalidade do procedimento preparatório da presente licitação, e da minuta do Edital com seus anexos, além de ser favorável a realização do certame por meio da modalidade pregão eletrônico.

Ressalte-se que a manifestação dessa Advogada Pública no caso é meramente opinativa, cabendo o juízo de conveniência e oportunidade à autoridade competente.

É o parecer.

Barra do Jacaré/PR, 18 de junho de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**RAFAELA SEDASSARI MORAES**  
OAB/PR 105.870 - Advogada Pública

108  
20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ - PARANÁ**  
**AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE**  
**Pregão Eletrônico Nº 28/2024.**

**1.0. DO OBJETO**

1.1.

O objeto da presente licitação é confecção e instalação de pontos de ônibus (abrigos), CONFORME ESPECIFICAÇÃO DETALHADA NO TERMO DE REFERÊNCIA e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 VALOR TOTAL DO EDITAL R\$ 128.536,87 (Cento e Vinte e Oito Mil, Quinhentos e Trinta e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos).

**2.0. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS**

2.1. Recebimento das Propostas: das 08h00min. do dia 24/06/2024 às 08h30min. do dia 04/07/2024.

2.2. Abertura das propostas: das 08h31min. às 08h59min. do dia 04/07/2024.  
Início da sessão de disputa de preços: 09h00min. do dia 04/07/2024.

**3.0. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

3.1. Será considerado vencedor o licitante que oferecer a proposta de Menor Preço.

**4.0. DO FORNECIMENTO DO EDITAL**

4.1. Estará disponível aos interessados na Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré, sito a Rua Rui Barbosa, nº 96, Bairro Centro, no site da prefeitura municipal ([www.barradojacare.pr.gov.br](http://www.barradojacare.pr.gov.br)). Informações através do [pmbj@uol.com.br](mailto:pmbj@uol.com.br), [licitacao@barradojacare.pr.gov.br](mailto:licitacao@barradojacare.pr.gov.br), [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) ou pelo fone (43) 3537-1212.

Paço Municipal José Galdino Pereira - Barra do Jacaré - Paraná, em 18/06/2024.

  
EDIMAR DE FREITAS ALBONETI  
PREFEITO MUNICIPAL

109  
R

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO**  
**ELETRÔNICO Nº 28/2024.**

<b>1.0.</b>	<b>DO OBJETO</b>
1.1.	O objeto da presente licitação é confecção e instalação de pontos de ônibus (abrigos), CONFORME ESPECIFICAÇÃO DETALHADA NO TERMO DE REFERÊNCIA e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
1.2.	VALOR TOTAL DO EDITAL R\$ 128.536,87 (Cento e Vinte e Oito Mil, Quinhentos e Trinta e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos).
<b>2.0.</b>	<b>DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS</b>
2.1.	Recebimento das Propostas: das 08h00min. do dia 24/06/2024 às 08h30min. do dia 04/07/2024.
2.2.	Abertura das propostas: das 08h31min. às 08h59min. do dia 04/07/2024. Início da sessão de disputa de preços: 09h00min. do dia 04/07/2024.
<b>3.0.</b>	<b>DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS</b>
3.1.	Será considerado vencedor o licitante que oferecer a proposta de Menor Preço.
<b>4.0.</b>	<b>DO FORNECIMENTO DO EDITAL</b>
4.1.	Estará disponível aos interessados na Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré, sito a Rua Rui Barbosa, nº 96, Bairro Centro, no site da prefeitura municipal ( <a href="http://www.barradojacare.pr.gov.br">www.barradojacare.pr.gov.br</a> ). Informações através do <a href="mailto:pmbj@uol.com.br">pmbj@uol.com.br</a> , <a href="mailto:licitacao@barradojacare.pr.gov.br">licitacao@barradojacare.pr.gov.br</a> , <a href="http://www.bl.org.br">www.bl.org.br</a> ou pelo fone (43) 3537-1212.

Paço Municipal José Galdino Pereira - Barra do Jacaré - Paraná, em 18/06/2024.

**EDIMAR DE FREITAS ALBONETI**

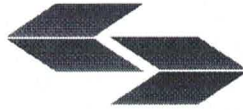
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Ednalberto Goulart  
**Código Identificador:230CCE05**

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 19/06/2024. Edição 3048  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>







**BLL COMPRAS**

## Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 28-2024

Nº PROC. ADM. 51-2024

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARE, de acordo com a regulamentação lei 14.133 e decretos municipais realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por HÉLDER HENRIQUE FERREIRA MORENO e tendo como autoridade EDIMAR DE FREITAS ALBONETI.

PUBLICAÇÃO: 19/06/2024 11:39

INÍCIO REC. PROPOSTA: 24/06/2024 08:00

FIM REC. PROPOSTA: 04/07/2024 08:30

INÍCIO DISPUTA: 04/07/2024 09:00

TIPO DE LANCE: MENOR LANCE

TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO

EXCLUSIVO ME: NÃO

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 128.536,8700

### OBJETO DO PROCESSO

confeção e instalação de ponto de ônibus

Para demais informações contato via e-mail: [pmbj@uol.com.br](mailto:pmbj@uol.com.br), telefone: 4335371212 ou acesso pelo link: [https://blcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DXoOkFQmu8gd5vS\\_97\\_PVH2hmfN2KKF%2Fg1rk112sxfHqWBFEPtODum4emObgIPCRhQTHi0b4bUB%2F%2F14G6ZM9HJ1mbmTy%2FVlUp4bH3KGQUaMY%3D](https://blcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DXoOkFQmu8gd5vS_97_PVH2hmfN2KKF%2Fg1rk112sxfHqWBFEPtODum4emObgIPCRhQTHi0b4bUB%2F%2F14G6ZM9HJ1mbmTy%2FVlUp4bH3KGQUaMY%3D)

HÉLDER HENRIQUE FERREIRA MORENO

BARRA DO JACARÉ-PR - 19/06/2024